

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

COMISSÃO EVENTUAL DE ACOMPANHAMENTO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL



CONCELHO DE TORRES VEDRAS

FEVEREIRO 2023

Comissão Eventual para Acompanhamento do Plano diretor Municipal (PDM) foi e constituída por deliberação da Assembleia Municipal na sua Sessão de 29 de novembro de 2021, ao abrigo da alínea do n.º 1 do art.º 24.º do Regimento da Assembleia Municipal e alínea c) do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Em 15 de dezembro de 2021 compareceram perante o presidente da Assembleia Municipal, para a tomada de posse, os seguintes elementos: José António do Vale Paulos - Presidente da Comissão; Sérgio Augusto Nunes Simões – em representação do PS; António João Leal da Costa Bastos – em representação do PSD; Ana Teresa Carvalho dos Santos – em representação do UTV; Francisco Artur Gomes Corvelo – em representação do PCP; Renato António Cabral Rodrigues Monteiro – em representação do Aliança; Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo – em representação do CDS e Carlos Alberto Pontes Filipe – em representação do Chega.

Ao longo do ano de 2022 foram realizadas 3 reuniões, a 8 e 21 de fevereiro e outra a 12 de outubro.

A 1ª reunião realizou-se nos Paços do Concelho e nela estiveram presentes José Vale Paulos; Sérgio Simões; António Bastos; Ana Teresa Santos; Francisco Corvelo; Pedro Castelo e Carlos Filipe, como membros efetivos, e Umberto Gomes, como assistente.

Nesta reunião foi elaborado o seguinte plano de trabalhos:

- I. Conhecimento dos antecedentes da revisão do PDM;
- II. Análise da legislação aplicável;
- III. Reuniões com a Presidente de Câmara, vereador e ou equipa técnica do Departamento de Planeamento Estratégico e Territorial – DPET, responsável pela proposta de revisão;
- IV. Visita a locais de interesse a definir pela Comissão;
- V. Quadros comparativos das alterações propostas na atual revisão e do PDM-TV em vigor;
- VII. Análise Demográfica do Concelho de Torres Vedras, Censos 2021;
- VIII. Elaboração de informação, recomendação ou relatório

Além dos pontos suprarreferidos, foram foi também proposta a realização de Reuniões com entidades externas ao Município, com responsabilidade nos pareceres conclusivos do PDM, mas ficou decidido que não seria um objetivo à partida.

Em cumprimento do 1º ponto do plano de trabalhos, o presidente da Comissão recordou que a legislação que está na base desta necessidade de revisão, nomeadamente a nova Lei de Bases do Solo, do Planeamento do Território e do Urbanismo – Lei n.º 31/2014 e novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto Lei n.º 80/2015, que extinguem a classificação de área urbanizável e passam a prever apenas áreas urbanas e rústicas. Tendo em conta a previsão genérica de redução da área urbana, foi manifestada alguma preocupação com as freguesias do interior do concelho devido à dificuldade fixação de pessoas.

Ainda nesta mesma reunião acordou-se em pedir uma reunião com os técnicos da Câmara Municipal responsáveis pelo processo.

Essa Reunião realizou-se no dia 21 de fevereiro, nas instalações da Câmara Municipal e nela estiveram presentes José Vale Paulos; Sérgio Simões; António Bastos; Ana Teresa Santos; Francisco Corvelo; Pedro Castelo e Carlos Filipe, pela comissão e dos Arquitetos Jorge Martins; Carlos Figueiredo e Nuno Patrício, na qualidade de técnicos responsáveis pela elaboração da proposta de revisão.

os técnicos fizeram um enquadramento legal da necessidade desta revisão ao PDM de Torres Vedras, que está em vigor desde 2007, data em que ocorreu a 1ª revisão à versão original do Plano Diretor Municipal de 1995.

O prazo legalmente previsto para a conclusão deste tipo de revisões em todo o país era de 10 anos mas esse prazo foi prorrogado, devido à Pandemia, e os processos deveriam estar concluídos até ao final de 2022.

Em Torres Vedras processo de revisão começou no final de 2018 com uma auscultação à população para levantamento de problemas, seguindo-se definição teórica os objetivos que foi feita por uma universidade e que foi aprovada em reunião pública do Executivo Municipal a 27 de julho de 2021.

Até esta data todos os trabalhos técnicos estiveram a cargo da equipa da Câmara Municipal, mas numa fase posterior, o relatório de impacto ambiental e de ruído, serão realizados por equipas externas ao Município.

Nesta altura a equipa trabalhava na conciliação entre a proposta municipal inicial e as questões levantadas pelas entidades do conselho consultivo, nos diferentes pareceres e só depois de verificados e fechados todos os problemas se poderia avançar para a elaboração de versão final de revisão para submeter a discussão pública.

Segundo a explicação obtida, a principal questão reside na necessidade de articulação da nova carta de PDM com Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) sendo, atualmente esta última ocupa cerca de 23% do território do concelho e, por aplicação das novas normas legais, deverá passar a ocupar, em termos brutos, mais de 60% o que dificultará bastante a possibilidade de edificação nas novas zonas classificadas por RAN e sobretudo por REN.

Os técnicos informaram que estavam a trabalhar em cerca de 700 zonas/cartas de REN e 400 de RAN para pedidos de exclusão, principalmente para zonas habitacionais que, por aplicação direta dos novos critérios passam a integrar a REN. A título de exemplo foi referida a necessidade de justificar um pedido de exclusão para o Ramalhal, que se encontra todo construído em cima de um aquífero.

Relativamente ao desaparecimento das áreas urbanizáveis, era reconhecida, nesta data, que será necessário trabalhar os cadastros dos imóveis para tentar justificar a manutenção de, pelo menos uma frente do terreno como área urbana porque, com a diminuição da área urbana haverá tendência para a perda de capacidade para edificar.

A 3ª e última reunião desta comissão decorreu no dia 12 de outubro, contou com a presença de José Vale Paulos; Sérgio Simões; António Bastos; Ilídio Santos, em substituição de Ana Teresa Santos; Francisco Corvelo; Pedro Castelo e Carlos Filipe, pela comissão, os Arquitetos Jorge Martins; Carlos Figueiredo e Nuno Patrício, na qualidade de técnicos e ainda o vereador Francisco Martins.

Recordou-se que Assembleia Municipal faz parte da comissão consultiva do PDM mas que, devido a questões relacionadas com a mudança de mandato não se fez representar na reunião realizada em outubro de 2021, nem na reunião de fevereiro de 2022 e não apresentou parecer porque só posteriormente às datas estabelecidas para o efeito se constituiu este grupo de trabalho para acompanhamento da temática.

Nesta altura a REN continuava a ser identificada como a questão mais complexa no território e a equipa ainda não tinha terminado a concertação dos 20 pareceres com as diversas exigências das diferentes entidades.

Relativamente ao leito de cheias, a APA aplicou a diretiva europeia de forma cega e a equipa técnica deu nota de que teria de demonstrar casuisticamente, com validações de campo, todas as situações que não correspondem à realidade do nosso território, tanto para o rio Sizandro como para o rio Alcabrichel.

Nesta data verificava-se algum atraso nos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal, face previsão transmitida na reunião do final de fevereiro, mas os técnicos apontaram como nova meta para a conclusão desta fase do processo, o 1º trimestre de 2023, data depois da qual pretendem avançar com a atualização das peças do Plano.

Relativamente aos pedidos de exclusão de RAN e REN abordados na reunião anterior, estavam nesta data já identificados pela Câmara Municipal 750, dos quais 700 são pedidos de exclusão por compromisso, mas sobre os quais a CCDR ainda não se pronunciou fazendo com e a REN (bruta) ainda não está validada.

Neste ponto foram referidos os exemplos da localidade de Casalinhos e o todo o centro de Runa onde, caso não venham a integrar as zonas de exceção, deixam de ter as licenças remodelação e ampliação na esfera de competência da Câmara Municipal, passando essas a ser apreciadas pela CCDR, inviabilizando, quase por completo, novas construções nessas zonas complicando ainda mais os processos de edificação que já atualmente são complexos.

Em suma, as exclusões não são de fácil aceitação pelas entidades e implicam a inequívoca comprovação a realidade pré-existente em cada local, no entanto será sempre necessário garantir a minimização do risco, limitando alguns tipos de edificação como, por exemplo, caves, muros que dificultem a livre circulação das águas.

Numa fase final da reunião foram levantadas questões sobre a densidade urbanizável de algumas regiões do concelho, sobre Planos de Pormenor e Planos de Urbanização, previstos e/ou elaboração, que ficaram em aberto e foi também questionada a manutenção do espaço canal para a construção de uma variante nascente à cidade e da sua articulação com a REN.

Sobre a última questão os técnicos responderam que essas situações que estão salvaguardadas e serão, ou não executadas, em função de decisões políticas, sem prejuízo da hipótese do reconhecimento de interesse público de estrutura rodoviária, por parte do Governo.

Ainda sobre este assunto o vereador do pelouro, Francisco Martins, informou a comissão de que as acessibilidades da zona nascente à cidade é uma preocupação da CMTV e que estão a ser avaliadas possíveis soluções.

Considerando-se tramitados os principais aspetos referidos em cada uma das reuniões realizadas importa ainda referir que, ao longo do ano de 2022, vários membros desta comissão eventual demonstraram o seu interesse num trabalho de acompanhamento

contínuo e alargado a todos os planos de gestão territorial e urbanísticos do Concelho, como os Planos de Urbanismo e de Pormenor, para melhor compreenderem e esclarecerem a Assembleia Municipal sobre as perspetivas técnico-políticas do Executivo Municipal, a médio e longo prazo.

Por último, dá-se ainda nota de que alguns dos pontos do plano de trabalhos inicialmente apresentado não foram concretizados, nomeadamente as visitas a locais de interesse; a elaboração de quadros comparativos entre as propostas e o PDM em vigor e ainda a análise Demográfica do Concelho de Torres Vedras, trabalhos esses que transitam para o presente ano.

Torres Vedras, 23 de fevereiro de 2023

O presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento do PDM

José Vale Paulos

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'José Vale Paulos', with a long horizontal flourish extending to the right.